

Famílias de mortos pela polícia pedem lei justa

Senadores e especialistas dizem que Pacote Anticrime deve ser analisado com atenção. Para eles, é essencial melhorar formação policial e dar olhar humanista a políticas de segurança

Ana Luisa Araujo
 Sob supervisão de Nelson Oliveira

A MORTE DE Ágatha Vitória Sales, 8 anos, baleada no dia 20 de setembro durante um passeio com a mãe, na Zona Norte do Rio de Janeiro, tem a marca das tragédias recorrentes. Antes dela, outras crianças e adolescentes haviam se tornado vítimas do quadro histórico de insegurança pública na cidade, especialmente lesivo a uma série de grupos vulneráveis, como os idosos e os moradores de favelas.

Eles reclamam não só dos criminosos, mas de ações da polícia consideradas intempestivas e arriscadas. Há suspeitas de que o disparo que matou Ágatha tenha partido de policiais militares em perseguição a traficantes. Em outras cidades

do Brasil, o conflito entre as forças de segurança e os bandidos afeta especialmente os moradores de comunidades pobres e urbanisticamente desorganizadas. É no Rio, entretanto, que essas mortes têm ganhado mais notoriedade. Marcos Vinícius Silva, 14 anos, morreu no ano passado, quando ia para a escola, atingido, segundo transeuntes, por disparo com origem em um carro blindado da Polícia Militar popularmente conhecido como caveirão. A mãe dele conversou recentemente com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e disse que o Pacote Anticrime, enviado àquela Casa pelo ministro da Justiça, Sergio Moro, pode piorar as estatísticas de mortes decorrentes de intervenções policiais, que crescem desde 2013.

No Senado, tramita uma réplica do pacote, que contém a ampliação, no Código Penal, do excludente de ilicitude, mecanismo jurídico que permite ao juiz desculpar um crime com base em circunstâncias como, no caso dos policiais, violenta emoção, medo ou surpresa diante de um ataque. Ao agir em legítima defesa, para defender uma vítima ou prevenir um crime, os agentes atuam no cumprimento do dever.

Essa linha de pensamento tem recebido muitas críticas, inclusive no Congresso, com base no argumento de que abre espaço para abusos. Segundo os críticos, isso reforçaria políticas de segurança de choque (consideradas menos produtivas que as de investigação e inteligência), não cooperaria para pressionar o poder público a treinar melhor seus policiais, e manteria o quadro de baixa solução de crimes com envolvimento da polícia.

Congresso avalia propostas sobre o tema

O excludente de ilicitude, um dos pontos do Pacote Anticrime, abranda punições para atos de policiais em situações como a que vitimou Ágatha.

Na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, o ponto em questão foi retirado da proposta pelo grupo que examinou previamente o texto, mas o relator, o deputado Capitão Augusto (PL-SP), defende a volta. O relator da réplica do pacote no Senado, Marcos do Val (Podemos-ES), defendeu a manutenção da proposta de Moro, com emendas.

Paim exige cuidado com a população e novo modelo de segurança pública

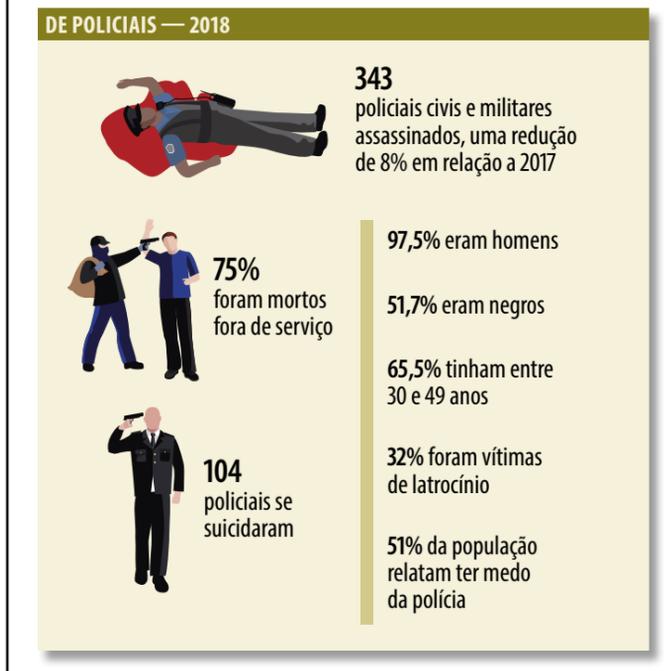
O presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Paulo Paim (PT-RS), critica políticas como usar helicópteros policiais em comunidades.



advogados vai sempre ficar impune. O senador defende um novo modo de fazer segurança pública.

— Não adianta só montar mais prédios. Ou o país tem uma mudança, uma nova estrutura humanista com políticas preventivas para as pessoas não entrarem na linha do crime e da droga, ou não vai resolver. É preciso olhar além do horizonte e partir para a educação e reeducação da nossa gente.

— Somos a favor de toda iniciativa que tenha como intenção combater o crime e a violência, mas precisamos ter cuidado para analisar o Pacote Anticrime sem deixar que mais uma vez o alvo seja o filho do favelado. O filho do rico que trafica e pode pagar



Fonte: Secretarias estaduais de Segurança Pública, elaborada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública

“Policial bem preparado evita que haja confronto”, diz Styvenson Valentim

Antes de se tornar político, nas eleições de 2018, Styvenson Valentim (Podemos-RN) trabalhou por 16 anos como policial militar no Rio Grande do Norte.



com toda deficiência e precariedade. Porque a gente tem efetivo em defasagem, envelhecido, despreparado, mal equipado, mal remunerado, muito mal reconhecido.

Para o senador, a violência policial, “se é violência, é uma resposta à violência da sociedade, ainda que o problema não se restrinja à sociedade”. — O policial não vai ficar apático diante de uma agressão. É o Estado que está sendo representado, muitas vezes

Segundo ele, “policial inteligente trabalha para não ter confronto”, mas muitas vezes o policial entra numa comunidade sem a devida formação, às vezes até com problemas emocionais ou de dependência química.

Fórum defende intensificação de treinamento

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública promove estudos e encontros com o objetivo de contribuir para a elaboração de políticas destinadas a reduzir as ocorrências criminais e aumentar a segurança. Segundo o coordenador de Projetos da instituição, David Marques, o Pacote Anticrime é um ponto muito delicado.

— Essa justificativa para a ampliação dos casos de excludente de ilicitude vai justamente dar na não investigação dos casos. Se a gente já tem um cenário em que poucos casos são de fato investigados e apurados, com essa ampliação que vai assumir todos eles como legítimos a priori, isso fragiliza muito o campo, e abre muita margem para desvios.

Sobre as mortes provocadas pela polícia, Marques diz que existe uma métrica internacional, por meio da qual se colocam dois números em comparação. Se há mais de 10 mortes decorrentes de intervenção policial a cada 100 mortes violentas intencionais, caracteriza situação de uso excessivo de força policial.

— Em 2016, a gente tinha 9 das 27 unidades da Federação nessa situação. Isso indica que a gente tem um problema mais grave de atuação policial nesses estados. Naquele momento, havia 10 estados nos quais a taxa de mortes decorrente de violência policial estava reduzindo. Tratamento de choque dá resultado incerto.

Para ele, o caminho a ser seguido pelo país é a profissionalização do policiamento, “é justamente a intensificação do treinamento”.

Saiba Mais

Pacote Anticrime
<http://bit.ly/PLS1864>

Relatório de Marcos do Val
<http://bit.ly/relatorioPLS1864>

Fórum Brasileiro de Segurança
www.forumseguranca.org.br

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidania